



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

CORRESPONDÊNCIA LIDA
em <u>02/12/2024</u>
<u>[Assinatura]</u>
Presidente

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18/2024.

Aprovação: única discussão (ões)
Por: maioria absoluta
Vereadores: Presentes (8) ausentes (1)
C/ Emenda (as)
Aprovado em: 02/12/2024
[Assinatura]
Presidente da Câmara Municipal
Vereador Ausente:
Zemêdo P. Xavier

Dispõe sobre a **APROVAÇÃO** das Contas da Prefeitura Municipal de Montanha/ES, relativo ao exercício financeiro de 2017.

Faço saber que a Câmara Municipal de Montanha/ES aprovou e a Mesa Diretora PROMULGA o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

CONSIDERANDO: Que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder;

CONSIDERANDO: Que o Tribunal de Contas tem essência oriunda da estruturação do Estado Democrático de Direito, possuindo insofismável relevância à fiscalização técnica das contas dos agentes públicos, além de deter o poder sancionatório em face dos agentes públicos que não atuam em consonância com os fundamentos insculpidos na Constituição;

CONSIDERANDO: Que o Tribunal de Contas órgão técnico de excepcional conhecimento, tomando decisões administrativas e não jurisdicional emitindo o Parecer conclusivo, recomendando ao Plenário o acompanhamento pela aprovação, essa Comissão de Finanças e Orçamentos da Câmara Municipal de Montanha/ES.

Esta Comissão se posiciona pela **APROVAÇÃO** das contas do exercício financeiro de 2017 após análise do Parecer Prévio do TCEES 00088/2020-1 PROCESSOS – TC – 15176/2019-3, 03270/2018-6 TCEES.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

Art. 1º - Ficam **APROVADAS** as Contas da Prefeitura Municipal de Montanha/ES, referente ao exercício financeiro de 2017, de responsabilidade da Sra. Iracy Carvalho Machado Baltar Filha.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Montanha/ES, 13 de novembro de 2024.


Lafaete Vieira Rosa Moreira

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento


Bruno da Silva Guimarães

Vice-Presidente


Adivaldo Rodrigues de Souza

Membro